

A IMPORTÂNCIA DA APRENDIZAGEM ESCOLAR NA INFÂNCIA PARA O PROCESSO FORMATIVO DO INDIVÍDUO ENQUANTO SUJEITO SOCIAL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Thaynã Emanoela Guedes Carneiro¹
José Paulo Alexandre de Barros Júnior²

RESUMO

É na infância que a escola é integrada a rotina da criança e representará um ambiente imprescindível para seu desenvolvimento intelectual, visto que esta instituição administrará as oportunidades sociais e materiais necessário a este indivíduo. Partindo desta concepção, a pergunta que norteia este estudo é: Qual a importância da educação escolar para a formação do indivíduo enquanto sujeito social? Para responder a pergunta que norteia o estudo, traçamos como objetivo geral analisar a importância da educação infantil para o desenvolvimento cognitivo e social da criança. Para contemplar objetivo proposto através deste estudo, traçou-se uma metodologia enquadrada na categoria de pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e descritiva. Dessa forma, buscamos, por meio das bases teóricas encontradas, problematizar acerca da construção identitária e a transmissão do saber dentro do contexto escolar, contrapondo com os paradigmas estabelecidos por metodologias obsoletas ainda presentes no cotidiano didático.

Palavras-chave: Infância; Aprendizagem; Formação do indivíduo.

1 INTRODUÇÃO

A infância constitui uma fase bastante significativa na vida de um indivíduo, configurando-se como o momento de contato inicial com o mundo e com a sociedade. Este período representa uma fase de descobertas e a criança se estabelece como um ser ébrio de sensações, experiências, conhecimentos novos. Nessa etapa, seu aprendizado é simbólico, visto que é a partir deste que ela vai dar significação a sua própria individualidade enquanto sujeito explorador de um novo mundo.

A primeira infância, período compreendido desde o nascimento até os 6 anos de idade, constitui o estágio de maior parte do desenvolvimento social humano e é a partir deste estágio que há a formação de caráter, valores e personalidade de uma criança. Até então, a criança ainda demanda toda uma atenção no que tange cuidados básicos e oportunidades para vivenciar as sensações da complexa sociedade que a cerca.

É nesta fase que a escola é integrada a sua rotina e representará um ambiente imprescindível para seu desenvolvimento intelectual, visto que esta instituição administrará as

¹ Pós-graduada em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Inglesa e Literatura pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, thayguedesc@gmail.com;

² Pós-graduado em Gênero e Sexualidade pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, josepauloj08@gmail.com;

oportunidades sociais e materiais necessário a este indivíduo. Desta maneira, é perceptível que a pré-escola se apresenta como um auxílio institucional que fornecerá um assistencialismo ao que tange as demandas necessárias às crianças desde a educação, valores até a educação intelectual que objetiva preparar estes indivíduos para a alfabetização e anos posteriores de ensino da educação básica.

Partindo deste cenário, e considerando as colocações relacionadas ao atual contexto pedagógico da infância e aprendizagem, a pergunta que norteia este estudo é: Qual a importância da educação escolar para a formação do indivíduo enquanto sujeito social?

Portanto, para responder a pergunta que norteia o estudo, traçamos como objetivo geral analisar a importância da educação infantil para o desenvolvimento cognitivo e social da criança. Assim, por meio desse objetivo buscamos, por meio das bases teóricas encontradas, problematizar acerca da construção identitária e a transmissão do saber dentro do contexto escolar, contrapondo com os paradigmas estabelecidos por metodologias obsoletas ainda presentes no cotidiano didático.

2 METODOLOGIA

Para contemplar objetivo proposto através deste estudo, traçou-se uma metodologia enquadrada na categoria de pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e descritiva, visto que em termos metodológicos, tem por pressuposto a observação e compreensão dos fenômenos e a análise dos múltiplos conceitos nos dados coletados (GODOY, 1995). O uso dessa metodologia para a nossa pesquisa será importante pois trata-se da realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência (RUIZ, 1982, pág. 48)

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Em nosso país, Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEIs) elucidam que as crianças, caracterizadas como indivíduos contemplados por particularidades, possuem a faculdade de construir diversas habilidades e competências no decorrer do processo de investigação daquilo que objetivam explorar e aprender. À vista disso, instituições de ensino especializadas em educação infantil como creches e pré-escolas necessitam reorganizar seu caráter de heterogeneidade, bem como as suas competências, objetivando uma função educacional de construção de identidade(s), que se concretiza na

preocupação de formar sujeitos com consciência crítica, preparados a sociedade e seus desafios tecnológicos, podendo construir uma cidadania baseada em novas ressignificações aos próprios contextos identitários.

É tarefa urgente repensar a formação profissional de todos os que trabalham com crianças até 6 anos em creches e pré-escolas. A inclusão da creche no sistema de ensino acarretou uma série de debates sobre o que é a função docente e como preparar professores com perfis que respondam mais adequadamente à diversidade de situações presentes na educação de crianças, desde o nascimento, em instituições educacionais [...] e despertam para a necessidade de modificações na formação docente. (OLIVEIRA, 2002, p.23)

Partindo deste pressuposto, torna-se necessário compreender a importância do papel professor da educação infantil no processo de ensino-aprendizagem, que visa preparar as crianças para atuarem como futuros sujeitos críticos capazes de impulsionar mudanças sociais emergentes no mundo que os cercam. A partir das suas atribuições, o docente deve realizar um trabalho pautado em processos metodológicos que estimulem os processos psicossociais das crianças, desenvolvendo desta maneira um ambiente e condições adequadas para o desenvolvimento, estimulando a imaginação, a capacidade criativa, a autonomia, a participação e o senso crítico. Para a eficácia de tais objetivos, o docente e a comunidade escolar devem levar em conta a história de vida de cada sujeito, suas diversidades culturais bem como as individualidades, adotando uma postura que atenda às necessidades de uma sociedade plural e diversificada, entendendo assim a educação como prática de liberdade (FREIRE, 1996, p. 16).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O conceito de infância

Ao revisar o termo infância descrito por teóricos na área, observa-se que esta é uma expressão socialmente construída durante a história.

Os fatos relativos à evolução da infância, na pluralidade de suas configurações, inscrevem-se em contextos cujas variáveis delimitam perfis diferenciados. A infância é um discurso histórico cuja significação está consignada ao seu contexto e as variáveis de contexto que o definem. (FERNANDES & KUHLMANN JÚNIOR, 2004, p. 29)

Segundo Aries (1991) o termo infância não apresenta muitas representações históricas escritas ou iconográficas, visto que até o século XII não havia cientificamente uma definição exata do desta etapa da vida humana

Aries (1991) elucida que na cultura medieval a criança quando tornava-se independente dos cuidados biológicos da mãe, era inserida imediatamente no mundo dos adultos sem nenhuma distinção. Desta maneira, havia uma “adultização” de sujeitos que precocemente adentravam a um mundo novo em que eram representados, vestidos e inseridos numa cultura com costumes adultos. Estas crianças não tinham uma atenção específica necessária, nem mesmo a vivência de um sentimento lúdico de infância.

A civilização medieval não percebia um período transitório entre infância e a idade adulta. Seu ponto de partida, então, era uma sociedade que percebia as pessoas de menos idade como adultos em menor escala (ÁRIES, 1981 apud HEYWOOD, 2004, p. 23).

O sentimento de infância também não existia nas sociedades da Roma Antiga. O nascimento de um indivíduo naquelas sociedades romanas transcendia a condição biológica para uma condição de aceitação paternal. Neste momento histórico as condições de aborto e abandono eram legitimadas pelo código penal e eram atitudes habituais, mesmo levando a morte de várias crianças (VEYNE, 1989).

Esta relação entre sociedade e indivíduo/infância foi moldando-se através da propagação de correntes de novos pensamentos veiculados através da Igreja Católica somente a partir do século XVIII. Aries (1991) afirma que mudanças surgem a partir do discurso ritualístico de culto a imagem do menino Jesus. A criança passou a partir daí a ser reconhecida pela predicação cristã como sujeito dotado de sabedoria, mediador entre o céu e a terra. Neste contexto suje o sentimento de infância: a igreja enquanto instituição passou a punir mal tratos a crianças como crime de bruxaria e institucionalizou-se o matrimônio e a procriação como atos sagrados.

O sentimento de infância a partir de então entrou em ascendência, pois “os costumes começaram a mudar, tais como os modos de se vestir, a preocupação com a educação, bem como separação das crianças de classes sociais diferentes” (BARBOSA & MAGALHÃES, 2013, p. 3). A partir de então, mediante pressuposições biológicas, passam a ser consideradas

as necessidades específicas que demandam uma criança e este sujeito passa a ser observado a partir do prisma do afeto e da preocupação com sua saúde e educação³.

Este conceito de sentimento de infância não foi compreendido socialmente de maneira homogênea, devido a diferença de compreensão diferente entre as diversas culturas. É notável que a partir deste contexto surge a individualização da criança:

Dessa maneira, a individualidade como desejo de “viver a própria vida” estava subjugada aos interesses da família que devia se solidarizar com todo corpo de linhagem. Nesse sentido, a criança faz parte de toda uma linha de gerações e, portanto, é uma criança pública. Ao mesmo tempo, é também uma criança privada, na medida em que depende dos cuidados essenciais da mãe até o desmame e dos ensinamentos dos pais na primeira infância. (FORMIGONI, 2002, p. 137).

Nesta perspectiva, a sociedade, os poderes institucionais e mais especificamente a família começam a se preocupar com a educação como um veículo de inserção da criança num plano de criação do seu próprio mundo. Aries (1981) afirma que nesta circunstância a criança passou a ser o centro da atenção familiar e ser reconhecida como indivíduo social, capaz de ser influenciada e influenciar a cultura social.

É esta conjectura que favorece o surgimento da instituição escolar voltada para a educação infantil:

Por um lado, a escola substituiu a aprendizagem como meio de educação; a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, passando a viver uma espécie de quarentena na escola. Por outro, esta separação ocorreu com a cumplicidade sentimental da família, que passou a se tornar um lugar de afeição necessária entre cônjuges e entre pais e filhos. Esse sentimento teria se desenvolvido inicialmente nas camadas superiores da sociedade: o sentimento da infância iria do nobre para o pobre. (KUHLMANN JR, 1998, p.18)

A escola a partir de então, configura-se como uma instituição fundada para resolver demandas específicas da criança desde o ato de educar até disciplinar moralmente estes indivíduos. Para Aries (1981), a escola surge concomitantemente com a perspectiva de que a criança precisa ser educada, cuidada e preparada para tomar decisões importantes para sua atuação na sociedade.

Nas perspectivas modernas, as crianças são caracterizadas como sujeitos histórico-sociais vinculados a condições econômicas, sociais e culturais:

[É] um guarda-chuva a abrigar um conjunto de distribuições sociais, relacionadas às diferentes condições: as classes sociais, os grupos etários, os grupos culturais, a raça,

³ Como a preocupação com a infância passava a ser considerada um problema econômico e político, os esforços para definir políticas públicas que tinham por objetivo recuperar a infância, foram se intensificando em todas as partes do mundo. (BARBOSA & MAGALHÃES, 2013, p. 5)

o gênero; bem como as diferentes situações: a deficiência, o abandono, a vida no lar, na escola (a criança e o aluno) e na rua (como espaço de sobrevivência e/ou de convivência/brincadeira). É nessa distribuição que as concepções de infância se amoldam às condições específicas que resultam na inclusão e na exclusão de sentimentos, valores e direitos. (FERNANDES; KUHLMANN JÚNIOR, 2004, p. 30).

Neste ponto de vista, a criança é um ser individual, com suas peculiaridades, necessidades e maneiras próprias de agir. Todavia, toda a representação do conceito de infância varia de acordo com o contexto social no qual este sujeito está inserido. Sobretudo, “A infância seria um conceito, uma representação, um tipo ideal a caracterizar elementos comuns a diferentes crianças” (FERNANDES; KUHLMANN JÚNIOR, 2004, p. 28).

4.2 Educação infantil e pré-escola: um diálogo com os documentos norteadores para a educação nacional

Com o surgimento do sentimento de infância e de como este conceito é construído num processo histórico-social, bem como a mudança cultural referente a postura tomada diante da criança e a educação a esta destinada, surge um panorama de discussões e concepções acerca da educação infantil e pré-escola.

Partindo do ponto de vista da escolarização⁴ da educação infantil, observa-se que esta concepção de inserção do indivíduo em espaços educativos toma como norteamento do fazer pedagógico, os conteúdos das diversas áreas do conhecimento, constituidoras da escolarização posterior.

O colégio tornou-se então uma instituição essencial da sociedade: o colégio com um corpo docente separado, com uma disciplina rigorosa, com classes numerosas, [...] O colégio constituía, se não na realidade mais incontrolável da existência, ao menos na opinião mais racional dos educadores, pais, religiosos e magistrados, um grupo de idade maciço, que reunia alunos de oito-nove anos até mais de 15, submetidos a uma lei diferente da que governava os adultos (ARIÈS, 1981, p. 111).

Esta maneira organizacional da metodologia do trabalho metodológico nas instituições de ensino relaciona-se diretamente com a defesa da Educação Infantil como espaço primordialmente pedagógico. Desta maneira, a manutenção e o pleno funcionamento da

⁴ A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida a distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização (ARIÈS, 1981, p. x).

Educação Infantil auxilia na sociabilidade e perpetuação dos conhecimentos produzidos e acumulados no decorrer da história humana.

Como já supracitado anteriormente, o primeiro contato e as primeiras impressões da criança com a sociedade e o mundo são possibilitadas por meio da família. Desta maneira, a família caracteriza-se como o ponto de referência deste sujeito e a família “A família [que] constitui o primeiro contexto de educação e cuidado do bebê. Nela ele recebe os cuidados materiais, afetivos e cognitivos necessários a seu bem-estar, e constrói suas primeiras formas de significar o mundo” (BRASIL, 2013, p. 92). Todavia, é perceptível que “Quando a criança passa a frequentar a Educação Infantil, é preciso refletir sobre a especificidade de cada contexto no desenvolvimento da criança e a forma de integrar as ações e projetos educacionais das famílias e das instituições” (BRASIL, 2013, p. 92). Deste modo, a escola enquanto instituição norteadora do trabalho com a Educação Infantil, assume o papel de anfitriã ao assessorar esta criança, levando em conta o seu desenvolvimento integral. Cabe então a este espaço desenvolver as ações e projetos educacionais voltados para as crianças para direcioná-las para a vida em sociedade.

Segundo Lorenzato (2008), é também um importante papel da Educação Infantil, promover intervenções que objetivem articular este nível de educação ao ensino fundamental. Desta maneira, a continuidade educativa refere-se ao momento de mudança transitória entre a Educação Infantil, desvincilhando-se desta maneira, de um choque cultural entre aquilo que o indivíduo aprendeu enquanto criança e o que elas aprenderá nas etapas seguintes da educação básica. Entretanto, deve-se respeitar a particularidade de cada etapa, não subordinando a Educação Infantil diretamente ao Ensino Fundamental.

(...) o trabalho pedagógico precisa se orientar por uma visão das crianças como seres sociais, indivíduos que vivem em sociedade, cidadãs e cidadãos. Isso exige que levemos em consideração suas diferentes características, não só em termos de histórias de vida ou de região geográfica, mas também de classe social, etnia e sexo. Reconhecer as crianças como seres sociais que são implica em não ignorar as diferenças. Os conflitos - que podem emergir - não devem ser encobertos, mas, por outro lado, não podem ser reforçados: precisam ser explicitados e trabalhados com as crianças a fim de que sua inserção social no grupo seja construtiva, e para que cada um seja valorizado e possa desenvolver sua autonomia, identidade e espírito de cooperação e solidariedade com as demais. (KRAMER, 1997, p.19)

No contexto brasileiro, a Educação Infantil é oferecido por um sistema de creches para crianças de até 3 anos de idade e pré-escolas para crianças até 5 anos de idade. Estes períodos representam a partir de então a primeira fase da Educação Básica, objetivando o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos psicossociais. Percebe-se então a

extrema importância do panorama assistencial e preparatório das ações metodológicas desenvolvidas na Educação Infantil na vida de cada criança, visto que a Educação Infantil é a base para a construção de aprendizagens e conhecimentos necessários para o desenvolvimento de um cidadão crítico.

As creches e pré-escolas se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças (BRASIL, 2009, p.4).

Para integral compreensão do papel assumido pela Educação Infantil na sociedade brasileiras contemporânea bem como as ações estratégicas que são necessárias para a organização do trabalho pedagógico, é imprescindível resgatar o que é preconizado encontradas nos documentos legais de nosso país, entre estão distribuídos em normatizações estabelecidas pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (BRASIL, 1996); Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2010); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009).

Do ponto de vista legal, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/96, art. 29) (BRASIL, 2013, p. 83)

Dessa maneira, as diretrizes legais elucidam rigidamente que a criança brasileira é uma responsabilidade associada, a família, a sociedade e o Estado para uma integral proteção a seus direitos enquanto indivíduo. Considerando o contexto histórico, diante deste aspecto a Educação Infantil deixa de ser um ato de conveniência e bondade familiar, para se tornar direito de todas as crianças até os seis anos de idade.

5 CONCLUSÃO

A prática pedagógica na Educação Infantil tem sido muitas vezes arraigada a estratégias metodológicas tradicionais de ensino que estão ultrapassadas e não suprem as demandas de sujeitos inclusos numa sociedade moderna e tecnológica como a do século XXI. Além disso, a prática tradicional está apoderando-se de conceitos e métodos ineficientes que não garantem total desenvolvimento intelectual de grande parte dos indivíduos a quem se destina.

A educação caracteriza-se como uma construção e troca de saberes difundidos num ambiente multicultural e diverso, cabe ao professor buscar em seu aparato teórico possibilidades de intervenção nesta realidade e providenciar meios que proporcionem uma aprendizagem significativa, visto que cada criança possui características e demandas específicas na aprendizagem e no processo de assimilação de informações.

Para isto, é necessário que seja considerado que o ambiente escolar seja heterogêneo, composto assim por um grupo de indivíduos diferentes uns dos outros, detentores de aptidões e competências distintas. Todavia, a escola majoritariamente circunscreve de forma impositiva métodos de ensino homogêneos de compartilhar o conhecimento e construir a aprendizagem, criando uma situação dicotômica. Essa prática torna-se um obstáculo, afetando a eficácia da aprendizagem e a formação cognitiva do indivíduo, pois este não assimila no mesmo ritmo aquilo que passa a ser desenvolvido obsoletamente pelo docente na sala de aula. É fundamental uma pedagogia que parta do princípio da heterogeneidade nos procedimentos metodológicos que abordem e abranjam estes indivíduos em sua unicidade, promovendo o aperfeiçoamento de suas competências e trabalhando as possíveis dificuldades inerentes ao ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.279

ARIÈS, Philippe. **Por uma história da vida privada**. In P. Ariès & R. Chartier (orgs.). História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991.

BARBOSA, Analedy Amorim. MAGALHÃES, Maria das Graças. **A concepção de infância na visão Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância**. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/index.php/examapaku/article/viewFile/1456/1050>>. Último acesso em 11 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em 28 jul. 2021,

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Política de educação infantil no Brasil**: Relatório de avaliação. Brasília, DF: MEC, SEB, Unesco, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15547-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf-1&Itemid=30192> Acesso em: 13 de agosto de 2019. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013

FERNANDES, Rogério. KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Sobre a história da infância**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes. (org.). A infância e sua educação – materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FORMIGONI, Beatriz de Moraes Salles. **Da idade média a idade moderna**: um panorama geral da história social e da educação da criança. São Paulo: UNESP, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. Pp.57-76. 1996

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa**: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 21-47.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos: uma proposta curricular**. São Paulo: Ática, 1989.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., Moysés. **História da Educação Infantil Brasileira**. In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Editores Associados, nº 14, 2000.

LORENZATO, Sergio. **Educação Infantil e percepção matemática**. Campinas: Autores Associados, 2006. 210p.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo. SP: Cortez, 2002.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: Guia para eficiência nos estudos. São Paulo, Atlas, 1982.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: **História da Vida Privada**. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 19 – 43.